

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

PLENA SAÚDE LTDA

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PLENA SAÚDE LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PLENA SAÚDE LTDA., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40 (b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. As obrigações desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141.676/O-7

PLENA SAÚDE LTDA

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em reais – R\$)**

<u>ATIVO</u>	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		29.053.342	22.126.936
Disponível	4	552.632	405.857
Realizável		28.500.710	21.721.079
Aplicações financeiras		22.345.577	17.140.285
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	5	14.939.953	10.250.119
Aplicações livres	6	7.405.624	6.890.166
Créditos de Operações com Planos de Saúde		4.959.970	3.845.698
Contraprestação pecuniária a receber	7	4.959.970	3.845.698
Créditos tributários e previdenciários	8	724.473	724.473
Bens e títulos a receber	9	470.690	10.623
NÃO CIRCULANTE		13.709.965	12.696.795
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e fiscais	10	5.311.586	5.577.946
Créditos tributários e diferidos	22 b	2.191.929	1.530.150
Imobilizado	11	6.065.394	5.263.625
Imóveis de uso próprio			
Imóveis – não hospitalares		1.347.905	1.372.906
Imobilizado de uso Próprio			
Hospitalares e não hospitalares		4.717.489	3.890.719
Intangível	12	141.056	325.074
TOTAL DO ATIVO		42.763.307	34.823.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em reais – R\$)**

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		19.164.857	20.895.302
Provisões técnicas de oper. de assist. à saúde	13	15.000.206	18.405.783
Tributos e encargos sociais a recolher	14	2.269.576	1.267.383
Obrigações com pessoal		587.556	474.740
Provisão para contingências	15	255.833	-
Fornecedores		588.117	594.239
Débitos diversos		463.569	153.157
NÃO CIRCULANTE		7.952.446	1.152.624
Provisões técnicas de oper. de assist. à saúde	13	4.318.785	-
Provisão para contingências	15	3.600.717	980.000
Tributos e encargos sociais a recolher	14	-	172.624
Débitos diversos		32.944	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.646.004	12.775.805
Capital social	16.1	9.000.000	9.000.000
Reserva legal		560	560
Reservas de lucros (prejuízos) acumulados		6.645.444	3.775.245
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.763.307	34.823.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstração do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais – R\$)

	Nota Explicativa	2018	2017
Contraprestações efetivas de Plano de Assistência à Saúde		96.285.576	80.143.150
Receitas com Operações de Assistência à Saúde			
Contraprestações Líquidas	17	98.842.463	82.118.739
(-) Tributos diretos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde		(2.556.887)	(1.975.589)
Eventos Indenizáveis Líquidos	18	(71.602.632)	(61.269.719)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(70.181.116)	(60.739.480)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.421.516)	(530.239)
RESULTADO DAS OPER. - PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE		24.682.944	18.873.431
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde			
Provisão Para Perdas Sobre Créditos		(146.220)	(5.129.994)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde		(2.236.014)	-
RESULTADO BRUTO		22.300.710	13.743.437
Despesas de Comercialização		(3.056.127)	(2.608.217)
Despesas Administrativas	19	(15.822.936)	(11.877.745)
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	21	2.558.243	3.346.637
Despesas Financeiras	21	(679.749)	(673.951)
Resultado Patrimonial			
Receitas Patrimoniais			
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		5.300.141	1.930.161
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(2.866.330)	(960.328)
Impostos Diferidos	22b	661.778	235.630
RESULTADO LÍQUIDO		3.095.589	1.205.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstração do Resultado Abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em reais – R\$)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	<u>3.095.589</u>	<u>1.205.463</u>
Ajustes patrimoniais	-	1.682.742
Resultado abrangente	<u>3.095.589</u>	<u>2.888.205</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais – R\$)

	Capital Social	Adiant. p/ Fut. Aume. de Capital	Reserva Legal	Prejuízos e Reserva de Lucro	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.582.493	-	560	5.304.547	9.887.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.205.463	1.205.463
Aumento de capital	4.417.507	-	-	(4.417.507)	-
Ajustes patrimoniais	-	-	-	1.682.742	1.682.742
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	9.000.000	-	560	3.775.245	12.775.805
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.095.589	3.095.589
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Ajustes patrimoniais	-	-	-	(225.390)	(225.390)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	9.000.000	-	560	6.645.444	15.646.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais – R\$)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de plano de saúde	98.083.206	81.785.472
(+) Resgate de aplicações financeiras	37.380.342	47.220.683
(+) Recebimentos de juros de aplicação financeira	375.565	1.163.264
(-) Pagtos a fornecedores/prestadores de serv. a saúde	(71.587.492)	(61.136.714)
(-) Pagamentos de comissão	(2.792.230)	(2.590.142)
(-) Pagamentos de pessoal	(4.740.364)	(2.542.445)
(-) Pagamentos de pró-labore	(245.673)	(243.424)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(3.591.487)	(5.487.681)
(-) Pagamentos de tributos	(5.635.493)	(5.629.339)
(-) Pagamentos de contingências cíveis/trab./fiscais	(589.775)	(1.003.424)
(-) Pagamentos de aluguel	(393.000)	(293.574)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(751.374)	(649.587)
(-) Aplicações financeiras efetuadas	(41.646.755)	(46.266.619)
(-) Outros pagamentos operacionais	(2.209.294)	(2.500.235)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	1.656.176	1.826.235
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imob. – outros	(1.160.089)	(723.731)
Geração (utilização) de caixa em atividades de invest.	(1.160.089)	(723.731)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(-) Pagamento de juros e encargos s/ empréstimos	(349.311)	(899.646)
(-) Amortização de empréstimos		-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financ.	(349.311)	(899.646)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	146.776	202.858
Caixa - Saldo Inicial	405.857	202.999
Caixa – Saldo Final	552.633	405.857
Ativos Livres no Início do Período	6.890.166	5.564.655
Ativos Livres no Final do Período	7.405.624	6.890.166
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – Recursos Livres	515.458	1.325.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social:

A PLENA SAÚDE LTDA., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº. 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar.

Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte médio, por possuir mais de 20.000 e menos de 100.000 beneficiários.

As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos

O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma “pro-rata” dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- **Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.

b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas

Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

Considerando o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2018.

f) Ativos imobilizados

Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2018.

i) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial.

j) Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG

Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Empréstimos e financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

n) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e **(ii)** Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

p) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente, foi calculada de acordo com as determinações das Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

q) Provisão passiva para ações judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

r) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

s) Vida útil dos bens dos ativos imobilizados e intangíveis

A Operadora revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAXA

	2018	2017
Caixa e Bancos	552.632	405.857
Total	552.632	405.857

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	14.939.953	10.250.119
Total	14.939.953	10.250.119

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2018	2017
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	7.405.624	6.890.166
Total	7.405.624	6.890.166

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Certificados de depósito interbancário: São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2018	2017
Planos coletivos – pessoa jurídica	2.075.721	2.161.329
Planos individual/familiar – pessoa física	3.030.469	3.768.915
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(146.220)	(2.084.546)
Total	4.959.970	3.845.698

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2018	2017
A vencer	2.420.406	924.411
Vencido até 30 dias	2.268.677	2.452.350
Vencido de 31 a 60 dias	254.605	454.248
Vencido de 61 a 90 dias	23.433	235.277
Vencido há mais de 90 dias	139.069	1.863.958
Total	5.106.190	5.930.244

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2018	2017
IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	635.528	635.528
CSL – Contribuição social sobre o lucro	63.369	63.369
Outros impostos e contribuições	25.576	25.576
Total	724.473	724.473

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Adiantamentos diversos	437.371	-
Outros títulos a receber	-	-
Despesas antecipadas	33.319	10.623
Total	470.690	10.623

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Substancialmente, os depósitos judiciais foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS, conforme nota explicativa nº 13.1.

11. IMOBILIZADO

		2018		2017	
	Taxa anual deprec.	Custo de Aquisição	Depreciação Impairment Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edificações	4%	1.500.000	(152.096)	1.347.904	1.372.906
Instalações	10%	60.116	(11.557)	48.559	49.635
Máquinas e equipamentos	10%	664.584	(57.186)	607.398	208.646
Equipamentos de informática	20%	1.519.424	(686.415)	833.009	459.057
Móveis e utensílios	10%	916.632	(172.538)	744.094	670.968
Veículos	20%	263.800	(95.979)	167.822	145.916
Imobilizações em curso	10%	-	-	-	-
Benfeitorias	10%	2.393.060	(76.451)	2.316.610	2.356.497
Total		7.317.616	(1.252.222)	6.065.394	5.263.625

Considerando as características e valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica do imobilizado, a Operadora procedeu à análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado.

Movimentação do imobilizado

	2018	2017
Saldo inicial	5.263.625	3.397.263
(+) adições	1.230.210	2.874.082
(-) baixas	-	(1.440.199)
(-) depreciações	(428.441)	(350.528)
(+) ajuste a valor justo	-	783.007
Saldo	6.065.394	5.263.625

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2018		2017	
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Sistema de informação	20%	288.740	(147.684)	141.056	325.074
Total		288.740	(147.684)	141.056	325.074

Movimentação do intangível

	2018	2017
Saldo inicial	325.074	184.962
(+) adições	-	242.709
(-) baixas	(105.224)	(64.614)
(-) depreciações	(78.794)	(59.203)
(+) ajuste a valor justo	-	21.220
Saldo	141.056	325.074

13. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

13.1. Provisões técnicas

	2018	2017
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ã ganhas – PPCNG (i)	2.429.095	2.378.920
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	3.122.736	6.549.651
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – REDE CREDENCIADA (iii)	1.046.766	2.497.119
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	8.401.609	6.980.093
Total de provisões técnicas – passivo circulante	15.000.206	18.405.783

	2018	2017
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	4.318.785	-
Total de provisões técnicas – passivo não circulante	4.318.785	-

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma “pró-rata-die” e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS – o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificado	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2018	Passivo Circ.	942.574	1.658.116	522.045	3.122.735
Dez/2018	Pas. não Circ.	-	4.318.785	-	4.318.785
Dez/2017	Passivo Circ.	1.554.945	4.698.120	296.586	6.549.651

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde – representa os eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA: constituída conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a fração de 1/72 avos por mês desde janeiro de 2008, adotando o percentual previsto em Resolução. Os cálculos foram elaborados de acordo com os critérios previstos e normatizados pela ANS.

A Operadora vem procedendo com estudos atuariais, para mensurar o valor da PEONA e consequentemente o ajuste contábil nos períodos subsequentes.

	2018	2017
Contraprest. últimos 12 meses - preço pré-estabelecido	98.842.463	82.118.739
Total dos eventos indeniz. últimos 12 meses - Preço pré-est.	70.181.116	58.263.183
8,5% x Contraprestações Líquidas	8.401.609	6.980.093
10% x Eventos indenizáveis líquidos	7.018.111	5.826.318
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA	8.401.609	6.980.093
1/72 avos a partir de janeiro de 2008	116.689	96.946
Avos contabilizados	72	72
PEONA contabilizada	8.401.609	6.980.093

13.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)

	2018	2017
Ativos garantidores vinculados		
(+) Aplicações financeiras garantidoras	14.939.953	10.250.119
(+) Aplicações financeiras livres c/Lastro PESL	-	5.281.418
(+) Depósitos judiciais (i)	4.318.785	4.473.355
(=) Total ativos garantidores	19.258.738	20.004.892
(-) Provisão prêmios/contraprestações não ganhas	-	(2.378.920)
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(8.401.609)	(6.980.093)
(-) Ressarcimento SUS – ABI	(942.574)	(1.554.945)
(-) Ressarcimento SUS – débitos parcelados	(522.045)	(296.586)
(-) Ressarcimento SUS – débitos pendentes	(5.976.901)	(4.698.120)
(-) PESL - (<=30/60dias)	(1.046.766)	(2.497.119)
(=) Total das provisões técnicas	(16.889.895)	(18.405.783)
(=) Suficiência (insuficiência) dos ativos garantidores	2.368.843	1.599.109
(=) Suficiência dos ativos em %	14,03%	8,69%

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2018 a Operadora manteve os depósitos judiciais, atualizando a rubrica com a baixa no valor correspondente de R\$ 154.570 (R\$ 355.285 em 2017), e estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

13.3. PMA – Patrimônio mínimo ajustado e Margem de solvência

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Patrimônio Mínimo Ajustado, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

Patrimônio mínimo ajustado	2018	2017
Região de atuação = 4		
Medicina de grupo/ST		
Segmento:		ST
Fator K utilizado (a)	25,81%	25,81%
A partir de Jul/2018 Fator K * R\$ 8.503.233 (Jul/2017 R\$ 8.145.639)	2.194.684	2.102.389
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		
(+) Patrimônio líquido	15.646.004	12.775.805
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.		172.624
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(466.785)	(466.785)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante		-
(-) Despesas antecipadas	(33.318)	(10.624)
(-) Ativo intangível	(141.056)	(325.074)
(=) Patrimônio apurado para PMA e MS	15.004.845	12.145.946
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado – PMA	12.810.161	10.043.557

(a) O fator “K” é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento terciário ST: as que despendem, em sua rede própria, menos de 30% (trinta por cento) do custo assistencial relativo aos gastos em serviços médicos ou hospitalares referentes a seus Planos Privados de Assistência à Saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado da Operadora é superior ao mínimo exigido.

	2018	2017
Margem de solvência		
Contraprestações - preço pré-estabelecido - últimos 12 meses	98.842.463	82.118.739
Eventos indenizáveis líquidos - preço pré-estabelecido média anual últimos 36 meses	61.199.612	54.784.092
Valor I - 20% das Contraprestações líquidas	17.122.789	16.423.748
Valor II - 33% dos Eventos indenizáveis líquidos	20.195.872	18.078.750
Margem de solvência apurada	20.195.872	18.078.750
Margem de solvência exigida	14.242.129	11.414.923
PMA – Patrimônio Mínimo Ajustado	15.004.845	12.145.947
Suficiência da margem de solvência	762.716	731.024

13.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2018 Rede contratadas	35.098.008	7.733.053	1.226.385	25.385.787	737.883	70.181.116
2017 Rede contratadas	29.137.777	6.419.851	1.018.124	21.074.854	612.578	58.263.184

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2018	2017
Impostos e contribuições		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	1.156.433	514.136
CSL - Contribuição social sobre o lucro	388.483	238.460
ISS - Imposto sobre serviços	119.189	84.732
INSS - Contribuição previdenciária	110.311	76.643
FGTS - Fundo de garantia	32.134	22.829
COFINS e PIS	252.094	84.871
Parcelamento Lei nº 11.941/09 – REFIS	-	202.217
Outros impostos e contribuições	6.878	-
Total	2.065.522	1.223.888
Impostos e contribuições retidos na fonte		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	70.147	51.966
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	18.014	19.350
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	56.075	83.615
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte	3.605	2.438
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	56.213	58.750
Total	204.054	216.119
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2.269.576	1.440.008
Passivo circulante	2.269.576	1.267.383
Passivo não circulante	-	172.624

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	434.171	-
Tributárias	229.204	
Cíveis	3.193.175	980.000
Total	<u>3.856.550</u>	<u>980.000</u>
Passivo circulante	255.833	-
Passivo não circulante	3.600.717	980.000

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	373.515	270.571
Cíveis	2.598.000	3.720.244
Total	<u>2.971.515</u>	<u>3.990.815</u>

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	%	QUOTAS	R\$
	Participação		
José Luiz Ranieri	80%	7.200.000	7.200.000
Sueli Aparecida A. Ranieri	20%	1.800.000	1.800.000
Total		<u>9.000.000</u>	<u>9.000.000</u>

(a) O Capital Social de R\$ 9.000.000 está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 9.000.000 quotas no valor unitário de R\$ 1 cada.

17. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

18. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2018	2017
Sinistralidade		
Contraprestações líquidas	98.842.463	82.118.739
Eventos indenizáveis líquidos	<u>(71.602.632)</u>	<u>(61.269.718)</u>
Sinistralidade	<u>72,44%</u>	<u>74,61%</u>

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas com pessoal próprio	(5.779.582)	(4.214.538)
Despesas com serviços de terceiros	(1.707.730)	(3.107.033)
Despesas com localização e funcionamento	(1.467.360)	(1.820.799)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.382.203)	(720.548)
Despesas com tributos e taxas	(304.421)	(282.011)
Despesas administrativas diversas	(4.491.084)	(1.323.086)
Despesas com multas	(183.320)	-
Despesa com depreciação/amortização	(507.236)	(409.730)
Total	<u>(15.822.936)</u>	<u>(11.877.745)</u>

20. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2018, o valor de R\$ 323.136 (R\$ 320.496 em 2017), que estão apresentados na rubrica “Honorários da Administração”, na demonstração do resultado do exercício.

21. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2018	2017
Receitas financeiras	2.558.243	3.346.637
Despesas financeiras	(679.749)	(673.951)
Total	1.878.494	2.672.686

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.300.141	1.930.161
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições	4.423.166	1.859.029
(-) Exclusões	(378.886)	(466.607)
(-) Compensação do prejuízo fiscal	-	(427.500)
Base de cálculo	9.328.741	2.895.083
Imposto de renda	(2.084.306)	(699.771)
Contribuição social apurada	(782.024)	(260.557)
Total de IRPJ e CSLL	(2.866.330)	(960.328)

b) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – diferido – Créditos tributários e diferidos

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferida está apresentada a seguir:

	2018	2017
Demonstrativo resumido - apuração das diferenças temporárias		
Adições temporárias		
Provisão para contingências trabalhistas	434.171	624.000
Provisão para contingências cíveis	2.257.342	-
Provisão para contingências tributárias	229.204	-
Provisão para perda sobre contraprestações	271.284	963.138
(=) Total adições temporárias	3.192.001	1.587.138
Exclusões temporárias		
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	-	-
Reversão da provisão para perda sobre contraprestações	(125.065)	(466.608)
(=) Total exclusões temporárias	(125.065)	(466.608)
(=) Base de apuração (diferenças temporárias)	3.066.936	1.120.530
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre difer. temp.	1.042.758	380.980
Prejuízo fiscal e base negativa	1.129.353	(427.500)
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre prej. fiscais	(383.980)	(145.350)
(=) Total IRPJ e CSLL diferido - exercício	661.778	235.630

Movimentação dos créditos tributários diferidos – Ativo:

	2018	2017
Saldo Inicial	1.530.151	1.294.520
(+) Adições no período	1.042.758	235.630
(-) Realização do período	(380.980)	-
Saldo final	2.191.929	1.530.150

23. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora.

b) Aplicações financeiras

De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

d.1) Risco de mercado

A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

d.2) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas sobre créditos”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

d.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

24. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes aquelas realizadas com terceiros.

	2018	2018	2017	2017
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Partes relacionadas				
Previna diagnósticos médicos	-	328.820	-	1.640.310
Total	-	328.820	-	1.640.310

A operação entre as partes relacionadas se refere a prestação de serviços médico-hospitalar, de diagnóstico eletivo e de emergência e urgência. Possui contrato de credenciamento para a prestação desses serviços, não adotando valor superior à média de mercado.